Direito Eleitoral

Autor(res)

Carine Silva Diniz
Lucas Lopes De Oliveira

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O direito eleitoral é um ramo do direito público que regula os processos eleitorais, assegurando a legitimidade e a transparência das eleições. Ele desempenha um papel crucial na manutenção da democracia, permitindo que os cidadãos escolham seus representantes de forma livre e justa. Este resumo expandido aborda os principais aspectos do direito eleitoral, incluindo seus princípios, estrutura, processo, justiça eleitoral, desafios e evoluções. O direito eleitoral abrange as normas e princípios que regulam a organização e o funcionamento das eleições, desde a inscrição dos eleitores até a contagem dos votos. Ele é essencial para assegurar a democracia, permitindo que os cidadãos escolham seus representantes de forma livre e justa.

Objetivo

Analisar a importância do direito eleitoral na garantia de eleições justas e democráticas, destacando os principais princípios, a estrutura do sistema eleitoral, o processo eleitoral, a atuação da justiça eleitoral e os desafios contemporâneos enfrentados por esse ramo do direito.

Material e Métodos

Estudar direito eleitoral requer uma abordagem multifacetada, utilizando diversas fontes e métodos para obter um entendimento profundo e atualizado sobre o tema. A combinação de leitura crítica, participação em cursos, pesquisa acadêmica, uso de tecnologias e discussão em grupo me proporcionou uma formação sólida e abrangente nesse campo do direito.
Estudo sistêmico da legislação, análise de casos práticos, participação do simpósio do Anhanguera unidade Ribeirão das Neves e inclusive pesquisas em Trabalhos de Conclusão de Curso, postados na internet.

Resultados e Discussão

Como resultado das pesquisas, destaco dois grandes problemas no âmbito eleitoral no Brasil:

A desinformação, incluindo a disseminação de fake news, é um grande desafio para o processo eleitoral no Brasil. Notícias falsas podem influenciar a opinião pública e distorcer o processo democrático, levando eleitores a tomar decisões baseadas em informações incorretas.

Outro destaque é em relação a corrupção eleitoral, incluindo a compra de votos e o uso indevido de recursos públicos para campanhas, compromete a integridade das eleições. Esse problema é exacerbado pelo excesso de partidos políticos e pela falta de transparência no financiamento de campanhas.

Conclusão

A desinformação e a corrupção eleitoral são desafios significativos que ameaçam a integridade do processo democrático no Brasil. Abordar esses problemas requer uma combinação de educação, regulamentação e participação ativa da sociedade. Com esforços coordenados, é possível fortalecer a democracia e garantir eleições mais justas e transparentes.

Referências

Direito Eleitoral e Democracia - Ed. 2024: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/referencias-bibliograficas-direito-eleitoral-e-democracia-ed-2024/2768565821

Direito Eleitoral: Fontes, Aspectos e Leituras para se Aprofundar: https://blog.lfg.com.br/estudos/direito-eleitoral/

Sugestões de Leitura - Tribunal Superior Eleitoral: https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-4/sugestoes-de-leitura